

Mailson prevê mudança na economia

O ESTADO DE S. PAULO — 33

Ministro anuncia que poderá adotar medidas "não convencionais" a partir do próximo ano

FÁBIO PAHIM JR.

BERLIM OCIDENTAL — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, admitiu ontem que o governo pode adotar "medidas não convencionais" para combater a inflação, modificando sua atual política "feijão com arroz". "Sem adicionar uma política de rendas à política econômica no Brasil, dificilmente se pode combater a inflação", afirmou. Deu, assim, a pista de que se estuda alguma forma de controle da margem de lucro das empresas, mediante o controle de preços, e também dos salários, como se fez na fase pós-64. Uma política de rendas consiste, basicamente, em impor controles para evitar que os agentes econômicos percam ou ganhem muito, e pode tomar a forma, como o próprio ministro adiantou, de um pacto social, explícito ou implícito.

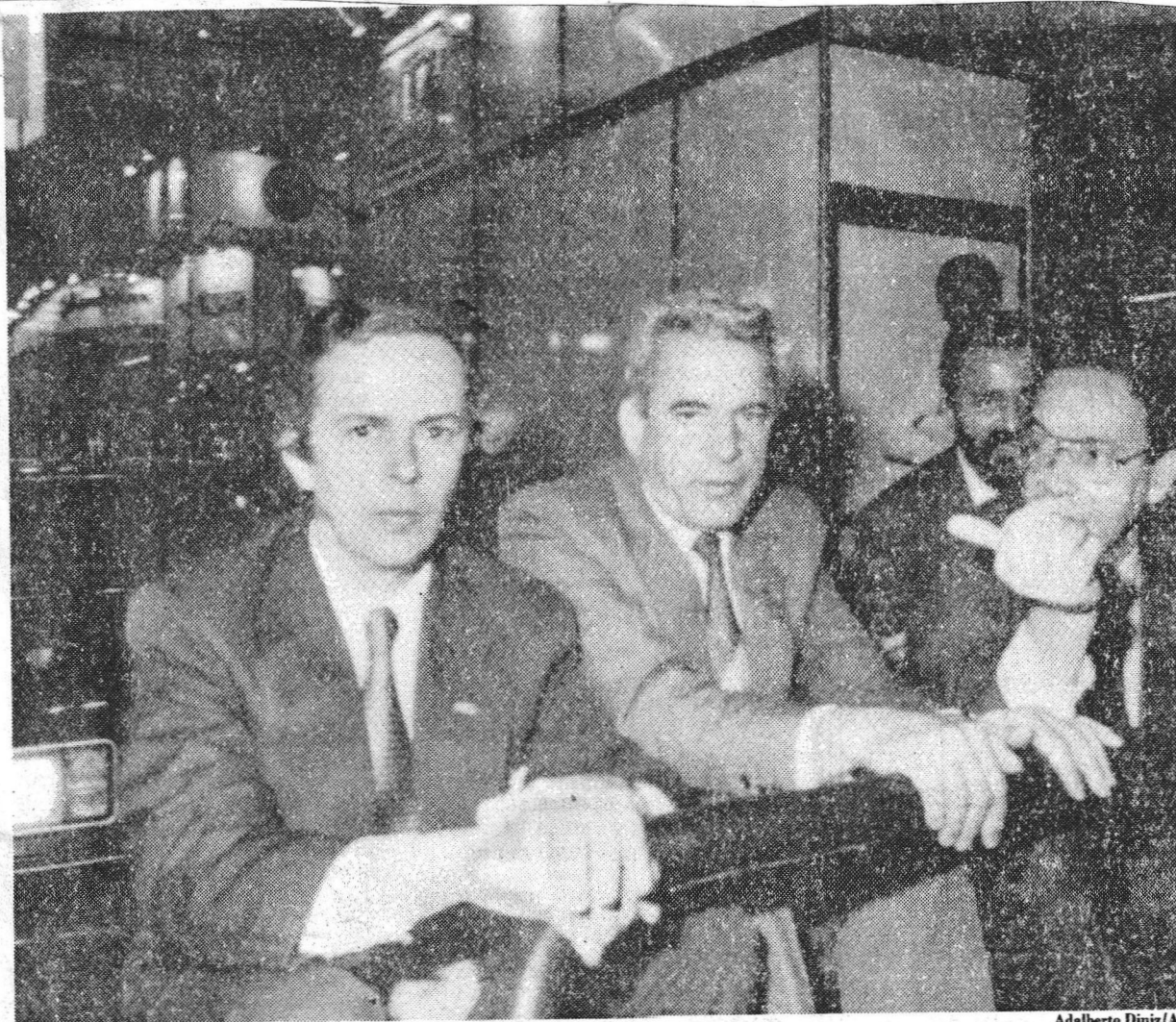
O que o governo não pretende fazer, segundo Mailson da Nóbrega, é repetir a experiência do Plano Cruzado, de 1986, que foi um "pacto de fato". Isso porque a experiência internacional lhe mostrou, e também ao ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, que nenhuma política de rendas foi bem-sucedida sem um prévio ajuste da área fiscal. "Não adiantará uma política de rendas se o governo continuar um ávido tomador de recursos, em condições desproporcionais ao tamanho do mercado", afirmou o ministro.

Com o governo gastando mais do que arrecada e gerando assim déficits cobertos com captação de recursos do públi-

co, o risco, pondera Mailson, é de levar ao fracasso uma política de rendas como aconteceu com os choques heterodoxos (planos Cruzado e Bresser). Na opinião do ministro, os planos anteriores foram malsucedidos, porque não controlaram adequadamente o déficit público, nem fizeram uma boa política monetária, sem deixar aumentar a base monetária (emissão primária de moeda) e mantendo equilibrado o M 4 (dívida do governo em títulos e depósitos em poupança que podem se tornar meios de pagamento). Há pressões por um choque, admitiu, "mas estão abaixo do que esperávamos, não sensibilizando o presidente Sarney".

O ministro da Fazenda acredita que as condições fiscais para adotar-se "medidas econômicas não convencionais" serão favoráveis somente em 89, "a partir do sucesso de 88". Sua explicação: os resultados para o déficit público em 88 apontam para 0,7% do PIB nos primeiros sete meses do ano — em 12 meses, até junho, foi de 3,8% descontada a inflação. De Berlim, Mailson admite levar mais idéias do que outra coisa: "Decisões não existem aqui".

Para ele, está claro que o Brasil não obterá mais empréstimos bancários, como na década de 70, e por isso voltará ao mercado de capitais (empréstimos voluntários), desde que recupere sua credibilidade junto ao mercado financeiro mundial. Passos importantes nesse sentido, conforme acentuou Mailson, foram os acordos com o FMI e os bancos. Sugeriu que o Brasil poderá fazer os primeiros lançamentos de novos bônus (títulos) em fins de 1989 para captar recursos, "mas com um adoçante que pode ser, por exemplo, uma garantia do Banco Mundial, pois o mercado está mais exigente", justificou.



Adalberto Diniz/AF

Abreu (E), na abertura da Convenção de Supermercados: "Inflação não será expurgada"